# PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_ DE 2020

***ALTERA A LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 11.259 DE 14 DE MAIO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE OS DESCONTOS NAS MENSALIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DURANTE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES EM VIRTUDE DA COVID-19.***

**Art. 1º** - Modifica-se o art. 1º da Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020, que passa a viger com a seguinte redação:

***Art. 1º -*** *Ficam as instituições de ensino infantil, fundamental, médio – inclusive as de ensino integral, técnico e superior da rede privada, bem como pós-graduações que adotem aulas presenciais na metodologia de ensino, e instituições privadas e públicas de ensino de idiomas que cobrem taxas de seus alunos, obrigadas a reduzirem suas mensalidades durante o período de vigência da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, ou do Decreto n° 35.662 de 2020, no âmbito do Estado do Maranhão, nas seguintes proporções:* (NR)

**Art. 2º** - Adicionam-se incisos IV e V ao art. 1º da Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020:

*IV – 100% (cem por cento) de desconto para os alunos com síndrome do espectro autista ou qualquer outra condição ou deficiência que impossibilite o acompanhamento das aulas ministradas telepresencialmente;

V – desconto proporcional à carga horária do contra-turno que não estiver sendo ministrada.*

**Art. 3º** - Modifica-se o Parágrafo único do art. 3º da Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020.

*Parágrafo único. Em caso de restituição, o prestador de serviço terá até 06 (seis) meses para sua efetivação, contados da data de encerramento do estado de calamidade pública no Estado*

**Art. 4º** - Modifica-se o art. 4º da Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020, que passa a viger com a seguinte redação:

***Art. 4º*** *- A redução de que trata a presente Lei será automaticamente suspensa com o fim da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19, ou do* ***Decreto n° 35.662 de 2020****, no âmbito do Estado do Maranhão.* (NR)

**Art. 5º** - Modifica-se o art. 6º e cria-se um parágrafo único na Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020, que passam a viger com a seguinte redação:

*Art. 6º - Para efeito de interpretação do art. 1º, I, II e III, a aplicação desta lei deve-se dar a partir da data de publicação do Decreto nº 35.662, de 16 de março de 2020.* (NR)

*Parágrafo único - Os descontos não concedidos antes da publicação desta lei deverão ser efetuados nas mensalidades vincendas correspondentes ao desconto devido em cada mês não usufruído anteriormente.*

**Art. 6º** - Cria-se o art. 7º na Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020, que passa a viger com a seguinte redação:

*Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos enquanto durar a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em decorrência da Infecção Humana pela COVID-19 ou o Decreto nº 35.662 de 2020, no âmbito do Estado do Maranhão.*

**Art. 7º** - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.



### **JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei ora apresentado a esta Casa tem como objetivo corrigir uma inadequação na Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre os descontos nas mensalidades das instituições de ensino durante a suspensão das atividades em virtude da COVID-19.

A correção pretendida visa dirimir celeumas interpretativos quanto a aplicação das obrigações criadas pela Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020, vez que as instituições de ensino estão se recusando a aplicar preteritamente os descontos que são devidos desde a suspensão das atividades presenciais. Por isso, deixa-se claro que, para efeito de interpretação do art. 1º, I, II e III, a aplicação da Lei Ordinária Estadual nº 11.259 de 2020 deve-se dar a partir da data de publicação do Decreto nº 35.662, de 16 de março de 2020. Conclusão que pode ser extraída por interpretação teleológica da norma, mas a má-fé tem obstruído. Frise-se que há decisão judicial proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos, na Ação Civil Pública nº 0813752-52.2020.8.10.0001 determinando o cumprimento da legislação, ante tantas recusas dos administradores das instituições de ensino.

Destaque-se que esse tipo de disposição, que determina a incidência da norma sobre fatos pretéritos, não é nenhuma novidade no ordenamento jurídico. Cite-se, como exemplo, a Lei Complementar Federal nº 118 de 2005:

Art. 3o - **Para efeito de interpretação do**[**inciso I do art. 168 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm#art168i)**– Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1o do art. 150 da referida Lei**;

Art. 4o - Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, observado, **quanto ao art. 3o,**[**o disposto no art. 106, inciso I, da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm#art106i)**– Código Tributário Nacional**.

Além disso, acrescentou-se que os descontos não concedidos antes da publicação da lei deverão ser efetuados nas mensalidades vincendas correspondentes ao desconto devido em cada mês não usufruído anteriormente, para que os consumidores não sejam prejudicados pela morosidade natural da tramitação legislativa, já que o fato gerador do desconto deu-se em 16 de março de 2020, com a publicação do Decreto nº 35.662, e a lei só foi sancionada pelo Poder Executivo em 14 de maio de 2020, ou seja, 59 dias, acumulando, assim, dois meses de descontos que não foram repassados aos consumidores.

Considerando que a jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica no que se refere a relação entre instituições de ensino e os alunos ser de consumo (RE 641.005 PE, dentre outros), a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Maranhão afirmam ser competência concorrente entre os entes legislar sobre relações de consumo (art. 24, V e art. 12, II, *e*, respectivamente), escapando, assim, de qualquer objeção sobre inconstitucionalidade da proposição por, hipoteticamente, dispor sobre matéria civilista, evidenciada está a prevalência das disposições consumeristas sobre essa matéria. Por isso, contamos com a colaboração dos pares para aprovação desta proposição.

